

# A COMUNIDADE DOS VELHOS<sup>1</sup>

Joelma Rodrigues\*

“O homem velho deixa vida e morte para traz, o homem velho é o rei dos animais.”

Caetano Veloso

## Resumo

O envelhecimento da população transformou os velhos em parte da agenda política do Estado e da sociedade civil. As gritantes violências sofridas por esta população exige que repensemos o modo como os vemos e como nos vemos : para além da covardia do isolamento, do abandono e das mortes.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Violências. Direitos Humanos.

Neste ensaio pretendemos mostrar que as políticas formuladas para atender aos velhos permitem que sua exclusão social apresenta-se travestida de inclusão, isto é, partindo da inversão das evidências<sup>2</sup> desenvolvida por Foucault, tentaremos demonstrar que os diversos grupos e instituições

---

<sup>1</sup> Por razões que, cremos, se tornarão explícitas ao longo deste ensaio, buscamos utilizar todo o tempo o termo “velho”, desprezando qualificações “politicamente corretas” por entender que tais qualificações mascaram a realidade dos preconceitos existentes contra esta população.

\* Professora de História do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Doutora em História pela Universidade de Brasília-UnB.

<sup>2</sup> Ver FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 88-97.

voltados para o atendimento desta população<sup>3</sup>, longe de promover a interação entre as diversas gerações constroem uma “comunidade de velhos” ao construir discursivamente a velhice.

O que é ser “velho”? Quando – efetivamente – envelhecemos? Fenômeno biológico (todos os vivos envelhecemos), descrito, enunciado, esquadrinhado, esmiuçado pelos vários saberes que lidam com o humano, o envelhecer amedronta e provoca as mais diversas recusas. Cada nova invenção, cada nova promessa de multiplicar nossos dias sobre a Terra faz-se acompanhar da “certeza” de que vencer a morte implica em vencer o envelhecimento.

Não nascemos prontos e a cada idade somos um, somos o que antes não éramos (LLORET, 1998). O envelhecer é apenas mais um momento, mais um estado, tal estado contudo indica-nos o fim e do medo do fim nasce nossa recusa, nosso desejo de eternidade: não nos queremos velhos, não nos queremos *terminando*. O que poderia indicar apenas mais um estado é representado como indício de mortalidade, neste sentido a nossa percepção do envelhecimento aproxima-se daquelas que cercam as doenças: corpos em degeneração, órgãos e funções falhas e limitadas, impossibilidade de produzir<sup>4</sup>. Em suma, associamos morte e tempo esquecendo-nos que àquela não se encontra associada a este, da morte pode-se dizer indisciplinada,

---

<sup>3</sup> Sobre o conceito de população, ver FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: M. Fontes, 1999. p. 290-295. De acordo com Foucault, a “população” é uma tecnologia de poder que tem como objeto “*um corpo novo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. [...] A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]*” (FOUCAULT, 1999, p. 292-293). Falar em população, é falar de algo discursivamente construído, definido e explicitado científica e politicamente.

<sup>4</sup> A respeito das representações sociais acerca das doenças, ver SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

estranha parceira da vida que recusa/escapa a todas as regras que tentamos impor-lhe (para controlá-la, prevendo-a e evitando-a), para obedecer apenas às circunstâncias – estranhas e incompreensíveis - que ela parece estabelecer, ainda assim, o tratamento que dispensamos aos velhos expressa nossa recusa da morte e do morrer.

É preciso expor algumas idéias para que possamos compreender o que é ser velho nas sociedades liberais e democráticas, ou “sociedades depressivas” como quer Elisabeth Roudinesco. Assinala esta autora que, “a sociedade democrática moderna quer banir de seu horizonte a realidade do infortúnio, da morte e da violência, ao mesmo tempo procurando integrar num sistema único as diferenças e as resistências”, nesta sociedade não mais é permitido expor aquilo que se sente, assim,

*todo indivíduo tem o direito de não mais manifestar seu sofrimento, de não mais se entusiasmar com o menor ideal que não seja o pacifismo ou o da moral humanitária. Em consequência disso, o ódio ao outro tornou-se sub-reptício, perverso e ainda mais temível, por assumir a máscara da dedicação à vítima. Se o ódio pelo outro é, inicialmente, o ódio a si mesmo, ele repousa, como todo masoquismo, na negação imaginária da alteridade. O outro passa então a ser sempre uma vítima, e é por isso que se gera a intolerância, pela vontade de instaurar no outro a coerência soberana de um eu narcísico, cujo ideal seria destruí-lo antes mesmo que ele pudesse existir (ROUDINESCO, 2000, p. 16).*

Esta citação explicita os mecanismos que possibilitam o visível banimento que impomos aos nossos velhos quando, apoiados em discursos humanitários, insistimos em inscrevê-los nos guetos da “terceira idade”<sup>5</sup>:

---

<sup>5</sup> A respeito desta classificação, Benedita E. S. Lima Cabral informa que o termo “terceira Idade foi construído na França dos anos 50 “para classificar a faixa intermediária entre a idade madura, ao término das atividades profissionais e o estágio de envelhecimento. [...] a terceira idade tende cada vez mais a ser associada

médicos, cursos de formação e/ou capacitação, terapias, bailes, clubes, excursões, festas e ginásticas são apenas alguns exemplos desta comunidade paralela, da comunidade dos velhos. Sustentamos este apartheid etário mascarando-o de amor, cuidado e compreensão, o que faz com que seja ainda mais difícil expô-lo e combatê-lo. Tais práticas, tais construções explicitam nossos medos e intenções: os velhos, que brinquem, pensem, sorriam, desde que afastados de “nós”, desde que longe do alcance de nossos olhos.

Só há necessidade de pensar, construir e manter tais espaços da “terceira idade” (ou “melhor idade” como querem alguns entusiastas) por não haver – em nossa sociedade – espaço para o envelhecer, para o ser velho. Ou seja, a possibilidade da existência destes lugares deve-se a incontornável intolerância que nutrimos por aqueles que não fazem parte de um “nós” imaginário definido como jovem, forte, belo, saudável, produtivo, competitivo, ágil<sup>6</sup>.

---

a uma meia idade prolongada e ativa, que tem mais a ver com juventude que com envelhecimento. A representação da terceira idade contribui para diluir as fronteiras etárias, ao negar o processo de envelhecer, e criar novas e positivas expectativas para um período do curso de vida.” (CABRAL, 1997, p. 160). Acrescentamos que a diluição das fronteiras etárias citadas, não assegura – ou não tem assegurado – aos velhos positividade em nossa sociedade.

<sup>6</sup> Acerca destas construções, Erving Goffman (1988, p. 14-15, grifo nosso) esclarece que, “As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida.” Também sobre este “nós imaginário” ver JOFFE, Hélène. “Eu não”, “o meu grupo não”: representações Sociais transculturais da AIDS. In: JOVCHELOVITCH; GUARESCHI (Org.) *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 297-320.

Em belíssimo ensaio, Jean Toussaint-Dessanti (1999) então com 84 anos, afirma a respeito do corpo que envelheceu ser ele um “corpo significante” e acrescenta

que meu corpo seja significante, isso ele próprio me ensina com sua mera presença. Desde sua vizinhança e singularidade, ele significa minha relação com o mundo e com tudo o que se pode definir como não sendo eu: as coisas e os outros (DESSANTI, 1999).

Um corpo que envelhece, que envelheceu é então um livro, pleno de histórias, pleno de significados. Parece-nos que outras sociedades reconheciam e admiravam este livro. Os velhos destas sociedades, eram os guardiões da sabedoria de seu povo, a eles cabia transmiti-la, nós de nossos velhos afirmamos que nada sabem, que nada têm a nos ensinar, daí também nossa recusa que se encontra materializada nas construções de lugares cuja finalidade é “incluir” os “excluídos”. Nos asilos e instituições voltadas para os velhos delimitamos os espaços aceitáveis para a circulação desta população ao mesmo tempo em que construímos e definimos esta mesma população<sup>7</sup>.

Percebendo-nos como o maior objeto num mundo de objetos e queremos ser objetos desejáveis por entendermos que somente aqueles que são desejados sobrevivem, ultrapassam o tempo, vencem a solidão e a morte. Em uma sociedade de consumo, ser gente é ser mais um objeto a ser disputado pelos outros, pelo mercado de trabalho, pelo capital. Neste contexto envelhecer, ser velho é perder este lugar, mais ainda: é ter o acesso a este lugar interdito.

---

<sup>7</sup> Usamos “instituição” e “população” de acordo com Foucault (1997).

Em que no transformamos quando não mais somos capazes de despertar desejo? Em nada. Invisíveis, emudecidos, paralisados: não há lugar de desejo para aqueles que envelhecem.

Envelhecer é perder poder. Obviamente é preciso entender que não é suficiente ser velho para ser objeto de violação física, emocional e/ou econômica, em uma sociedade estruturada em hierarquias de classe, raça e gênero podemos verificar facilmente que é do cruzamento destas categorias que nascem e tomam corpo as mais diversas formas de violência. Deste ponto de vista, entre os pobres, a população não branca e não masculina é, sem dúvida, a mais exposta, a que mais sofre de abandono e pobreza<sup>8</sup>.

Sobre a categoria gênero<sup>9</sup>, é preciso uma observação: os velhos-pobres pertencem ao pólo feminino desta categoria. Se irônicos, diríamos que só os pobres envelhecem e o fazem mais rapidamente. Econômica e financeiramente impotentes em uma sociedade que privilegia e abençoa com toda sorte de possibilidades aqueles que não são “despossuídos”, os velhos-pobres recebem as mesmas adjetivações dadas às mulheres: são frágeis, dependentes, física, moral e psiquicamente incapazes, portanto precisam de cuidado, de condução. Habitualmente os comparamos às crianças, no entanto, afirmar que envelhecer é voltar à infância indica que se devemos cuidar dos velhos, eles nos devem obedecer e em nossa tradição cultural extremamente autoritária, a ordem é aliada da (ameaça de / possibilidade de) punição.

---

<sup>8</sup> A respeito do cruzamento entre gênero e velhice, ver os artigos do “Dossiê Gênero e Velhice” na *Revista Estudos feministas*, IFCS/UFRJ n.1/97.

<sup>9</sup> Esta categoria foi e vem sendo elaborada no seio das teorias feministas e indica, grosso modo, papéis sociais derivados das diferenças de sexo (biologia), deve-se ter claro porém, que o gênero não se limita ao biológico e sim aos lugares onde indivíduos e populações se encontram, se possuem ou não poder. Sobre “poder”, ver FOUCAULT. Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 88-97

A recente aprovação do Estatuto do Idoso corrobora as observações anteriores uma vez que não haveria necessidade de pensar políticas públicas e legislação de proteção a esta população se a mesma não se encontrasse constantemente ameaçada em sua integridade física e emocional, se não existisse expropriação econômica não haveria por que pensar em proteger bens. Visto desta forma, o Estatuto reflete (como toda e qualquer legislação) o tamanho do problema, há violências e é preciso coibi-las, punir aqueles/aquelas que as praticam, direitos fundamentais são violados e é preciso garanti-los.

Assim, se o Estatuto indica avanços no trato das questões sociais no Brasil, reflete também o grau de violação de direitos presente em nossa sociedade<sup>10</sup> e indica que as revoluções tecnológicas que temos testemunhado não têm sido acompanhadas do aumento de tolerância para com os outros, Françoise Héritier ensina que

Tolerar é, portanto, aceitar a idéia de que os homens não são definidos apenas como livres e iguais em direito, mas que todos os humanos sem exceção são definidos como homens. Sem dúvida é aí que reside o fundamento de uma hipotética ética universal, com a condição – que comporta consideráveis condições – de que haja uma tomada de consciência individual e coletiva, uma vontade política internacional e o estabelecimento definitivo de sistemas educacionais que ensinem a não odiar (HÉRITIER, 2000, p. 27).

Não toleramos os velhos por não tolerarmos o que a velhice representa: incapacidades várias, lentidão, morte, *passado*. O velho, este Outro que insiste em presentificar o fim, a decadência; o velho este Outro que teima mostrar um rosto e um corpo que um dia serão meus e que parece não entender que não os quero, não os desejo. Também por isto, buscamos

---

<sup>10</sup> Ressaltemos que as observações aqui tecidas não visam desmerecer o Estatuto do Idoso e nem questionar a importância de tal legislação.

mantê-los longe de nossos olhos, já fizemos isto incontáveis vezes: com os “leprosos”, os “loucos”, os mendigos, os negros, os judeus, os índios, os delinqüentes, os criminosos, com todos os Outros, com todos aqueles que não são o Mesmo e que por esta razão colocam o Mesmo em xeque.

A alteridade, para Denise Jodelet (1998, p. 47-48) é “produto de duplo processo de construção e de exclusão social que, indissolivelmente ligados como os dois lados de uma mesma folha, mantém sua unidade por meio de um sistema de representações”, donde podemos concluir que ao buscarmos precisar o velho e o envelhecer, ao tentarmos delinear suas necessidades e possibilidades criamos uma comunidade apartada, longe dos olhos e longe do coração.

Há pouco, fomos alertados por F. Héritier a respeito daquele que seria o eixo a ser considerado se efetivamente pretendêssemos banir todas as formas de violência derivadas da intolerância. Da mesma forma que em outras questões que envolvem preconceito e discriminação, a mudança passa por uma revolução dos sistemas educacionais. Primeiro é preciso deixar claro que quando se fala em educação, não estamos nos referindo apenas à educação formal (ministrada em instituições de ensino), é necessário pensar nos *mass média*, nas instituições públicas e privadas de saúde, nos serviços públicos (acesso e funcionamento voltados para os grupos discriminados), na elaboração de políticas públicas, na construção de espaços não *gueitizados* capazes de proporcionar uma convivência plural.

Enquanto não formos capazes de olhar o Outro sem percebê-lo como potencialmente ameaçador, permaneceremos naquilo que Umberto Eco (2000, p. 18-19) chama “intolerância selvagem”:

aquela que, na ausência de qualquer doutrina, nasce dos impulsos elementares; por isso é que ela é difícil de ser identificada e combatida com a ajuda de argumentos racionais [...] a intolerância selvagem funciona graças a uma redução categórica que contém, em estado latente, todas as teorias racistas do futuro [...] Quando a intolerância torna-se categórica, já é tarde demais para vencê-la, e os que deveriam domesticá-la (os intelectuais) se tornam suas vítimas favoritas. Os intelectuais devem lutar, antes de tudo, contra a intolerância selvagem. Mas ela é de tal maneira imbecil, que o pensamento fica desarmado diante dessa imbecilidade.

Em face da sabedoria possivelmente adquirida pelos velhos e de apropriações de mundo sabidamente diferentes daqueles Outros que nos pressionam a rever nossas próprias leituras de mundo, armamo-nos de imbecilidade e tentamos banir, quando não exterminar todos/todas aqueles/aquelas que – entendemos – nos ameaçar.

Se a educação não pode salvar o mundo, não deve ser omissa a ponto de não se importar com o esvaziamento de questões éticas e valores morais imprescindíveis para a sobrevivência de uma espécie cuja maior característica talvez seja a diversidade, a pluralidade. Hannah Arendt há muito nos ensinou que, no mundo vivem “os homens” não “o homem”, o mundo é multifacetado e a existência humana se dá (só é possível) em meio a esta multiplicidade, variedade, afinal, “Uma cidade é construída por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir.” (Aristóteles).

## Referências

- ARENDET, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CABRAL, Benedita E. S. Lima. A vida começa todo dia. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 160, 1997.

DESSANTI, Jean-Toussaint. *Existe vida antes da morte?*. In: CAFÉ Philo: as grandes indagações da filosofia. Ed. Le Nouvel Observateur. Rio de Janeiro: JZE, 1999.

ECO, Umberto. *Definições léxicas*. In: FORO INTERNACIONAL SOBRE INTOLERÂNCIA. *A intolerância*. Rio de Janeiro: UNESCO; Bertrand Brasil, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: M. Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GOFFMAN, Erwing. *Estigma*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HÉRITIER, Françoise. *O eu, o outro e a intolerância*. In: FORO INTERNACIONAL SOBRE INTOLERÂNCIA. *A intolerância*. Rio de Janeiro: UNESCO; Bertrand Brasil, 2000

JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, Ângela (Org.) *Representando a alteridade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

JOFFE, Hélène. “Eu não”, “o meu grupo não”: representações sociais transculturais da AIDS. In: JOVCHELOVITCH; GUARESCHI (Org.) *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 297-320.

LLORET, Caterina. As outras idades ou a idades do outro. In: LARROSA; DE LARA (Org.) *Imagens do outro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: JZE, 2000.

SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

